

CONFERÊNCIA LIVRE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Sinpro-Rio elaborou um pequeno texto para ser um disparador para a Conferência Livre que será realizada no dia 07/05, sábado, das 10 h às 13h, de forma virtual.

O Plano Municipal de Educação – PME – é um instrumento de gestão pública, norteador das políticas educacionais do município do Rio de Janeiro para o período de 2018 a 2028, elaborado com a participação plural da sociedade civil. É uma política de Estado, com força de lei, e suas metas e estratégias são centradas no cidadão e na cidadã do território do município e no avanço da garantia de seus direitos. O plano prevê momentos de revisão, a partir do monitoramento e avaliação de seu cumprimento, realizado, principalmente, pelo Fórum Municipal de Educação, criado para este fim, que agrega várias entidades e setores ligados à Educação.

Nos dias 23 e 24 de junho será realizada a II Conferência Municipal de Educação para a avaliação do PME. O Sinpro-Rio chama as professoras e professores para debater questões pertinentes ao setor privado de ensino e como elas se inserem no Plano. Será uma Conferência Livre – espaço fomentador de debates e reflexões – que construirá coletivamente propostas que serão encaminhadas para a Conferência Municipal.

O Sinpro-Rio se mantém na defesa da Educação pública, laica, democrática e inclusiva, que deve ter prevalência sobre o setor privado de ensino, em especial nos Planos de Educação. Porém, como estes são territoriais, é importante que a Escola Particular se veja mais incluída no PME, como uma concessão do Estado que deve ser regulada por ele.

É fato que documentos legais não garantem sua execução, mas são referenciais importantes que podem pautar reivindicações e lhes conferir maior legitimidade.

A diretoria do Sinpro-Rio sugere os seguintes temas para a discussão na Conferência Livre:

Valorização profissional

A defesa da Educação de qualidade como um direito passa necessariamente pela valorização do magistério. Não se faz educação sem educadores e o impacto do trabalho docente atinge gerações de estudantes e o próprio desenvolvimento do país. O poder público, como responsável pelos sistemas educacionais dos territórios, precisa ter um olhar mais regulador e fiscalizador sobre o setor privado de ensino, que deveria responder de forma mais comprometida às reais demandas inerentes às responsabilidades que lhe cabem.

É preciso que se implante um plano de cargos e salários com progressão por formação e tempo de serviço; incentivo ao aprimoramento acadêmico (remunerado); isonomia de pisos salariais por formação; participação coletiva e democrática no processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola; atividades extraclasse remuneradas; respeito ao direito democrático de organização dos professores e professoras.

CONFERÊNCIA LIVRE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Algumas estratégias afins do PME

1.9) promover a parceria entre as Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas e a Escola de Formação do Professor Carioca na intenção de promover cursos de graduação, pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, por meio de pesquisas colaborativas, editais, publicações, realização de seminários, congressos, jornadas, colóquios etc. para professores da Rede Pública, Privada e Filantrópica;

18.1) assegurar, no prazo de dois anos, a existência de plano de carreira unificado para os profissionais da Educação Básica, para todos os segmentos. Usando como critérios o tempo de carreira e a formação;

18.2) garantir nos planos de carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.

Educação Inclusiva

A Educação é um direito de todas as crianças, jovens e adultos, e a Escola deve ser o lugar onde a diversidade conviva, de forma equânime, num exercício cidadão de democratização do acesso à aprendizagem através das várias possibilidades de desenvolvimento que a escolarização permite. O fazer pedagógico flexível, necessário a uma prática voltada para a emancipação da pessoa humana, rompe com estratégias limitantes e excludentes, mas é um desafio que exige formação e rede de apoio. É preciso combater o descumprimento por parte das escolas das deliberações que normatizam a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos de comportamento e altas habilidades; a falta de formação para um trabalho profissional e comprometido com a inclusão real desses estudantes, tanto por parte dos regentes como por parte das equipes de coordenação pedagógica e demais funcionários; a ausência de mediadores para os estudantes que necessitam de trabalho específico (as escolas particulares transferem esta responsabilidade para os responsáveis).

Algumas estratégias afins do PME;

4.5) manter e ampliar a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e especializadas e, integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia, psicologia e fonoaudiologia, para apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com os alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades ou superdotação;

CONFERÊNCIA LIVRE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4.6) manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas e ainda, incentivar as instituições privadas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação;

4.16) incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades ou superdotação.

Educação Infantil

A subjetividade é a principal ferramenta de trabalho da Educação Infantil. A escola precisa valorizar a expressão da criança, seus sentidos, o contato físico, os vínculos que se formam e a relação que ela estabelece consigo mesma, com o outro e com o ambiente ao seu redor. É fundamental assegurar o papel ativo das crianças nas vivências de diferentes situações e desafios. As crianças devem ser os sujeitos protagonistas de suas experiências educativas.

É preciso desvincular a alfabetização da Educação Infantil; questionar o uso do livro didático; reforçar os reais objetivos e práticas pedagógicas que devem nortear o trabalho da creche a Educação Infantil.

Algumas estratégias afins do PME

1.13) preservar as especificidades da Educação Infantil na organização da Rede Escolar, garantindo o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos que atendam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de seis anos de idade no Ensino Fundamental;

1.11) priorizar o acesso à Educação Infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica.

CONFERÊNCIA LIVRE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ensino Remoto / Ensino Híbrido

A Pandemia da COVID-19 provocou mudanças profundas no mundo do trabalho. Na Educação, os professores e professoras tiveram que adaptar suas aulas ao chamado Ensino Remoto, sem a necessária capacitação para o uso dessas ferramentas. Via de regra, a adaptação, planejamento, equipamento, conexão ficaram a cargo dos docentes. Questões sobre autorização do uso de imagem e produção intelectual, pagamento do trabalho realizado no “plantão virtual de dúvidas”, na preparação de vídeos e materiais de apoio, em sucessivas reuniões, além de demandas constantes que assediam os professores e professoras precisam ser debatidas e reguladas. As grandes corporações oferecem, ao ensino privado e às redes públicas, o uso de suas plataformas e tecnologias como garantia de inovação e corte de custos. Transformam a Educação em serviço, onde a figura do professor e da professora se torna secundária pela simplificação do processo pedagógico focado na transmissão rasa de conteúdos.

É preciso reafirmar o processo dialógico, relacional e presencial da prática pedagógica; reafirmar a impossibilidade do trabalho remoto na Educação Infantil; denunciar os abusos e assédios sofridos pelas professoras e professores que tiveram e/ou ainda têm que trabalhar neste sistema.